



Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

1 **ATA - 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-DOCE**

2 No dia 06 de dezembro de 2018 (quinta-feira), às 09h30min, no auditório da FIEMG
3 Regional Rio Doce, teve início a 25ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica
4 do Rio Doce – CBH-Doce. Dando início às atividades, a presidente do CBH-Doce, Luciane
5 Teixeira, informou à plenária sobre os conselheiros que justificaram ausência na reunião,
6 sendo: Milena Paraíso Donô, da SEDURB, ausente por motivo de férias; Sandra Alves
7 Pereira, de Santana do Paraíso, que está participando de evento do Programa Pró
8 Mananciais, da COPASA; Ronevon Huebra, do SINDÁGUA, que também está em
9 atividade do Programa Pró Mananciais; o Sr. José Ângelo Paganini, da Fundação
10 Relictos, que teve um imprevisto; o Sr. João Lages, da FIBRIA, que está participando de
11 atividade da empresa em São Paulo; a Sra. Dolores Colle, da Prefeitura de Sooretama,
12 que está participando de evento da Fundação Renova na cidade; A Sra. Sheyla Dantas,
13 do ISAS Sooretama, que está participando de atividade da Prefeitura do seu município; o
14 Sr. Flamínio Guerra, da Prefeitura de Nova Era, que teve problemas familiares; A Sra.
15 Paloma Galdino, da Prefeitura de Cuparaque, que teve problemas familiares; a Sra.
16 Valdete, do SAAE de Baixo Guandu, que está recebendo fiscais do TCE para auditoria na
17 autarquia; os Srs. Felipe Benício Pedro, do Sindicato Metabase de Itabira, e Celeste
18 Martins Stoco, da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego Guarani, que estão
19 participando da reunião do Fórum Nacional de CBHs. Dando sequência, a presidente do
20 CBH-Doce falou brevemente sobre o Seminário Técnico do CIF, que será realizado em
21 Governador Valadares, nos dias 12 e 13 de dezembro. Ela explicou que, no caso dos
22 comitês, está sendo priorizada a participação de representantes das câmaras técnicas
23 de planos/programas e projetos dos CBHs, sendo que até o momento 55 conselheiros
24 solicitaram custeio para participar da atividade. Além desses, outros representantes
25 informaram que participarão, porém sem necessidade de custeio de diárias. Ela também
26 informou que, inicialmente, a Fundação Renova custearia a participação de todos os
27 representantes dos CBHs, no entanto, após muitas discussões foi definido o custeio de 25
28 representantes de CBHs, via Renova. Ocorre que o Movimento dos Atingidos por
29 Barragens (MAB) também está pleiteando vagas no evento, sendo que a expectativa
30 deles é levar cerca de 100 pessoas. No entanto, até o momento ainda não há uma
31 definição precisa sobre o assunto, porém a participação dos representantes dos CBHs
32 está assegurada, pois se não houver o custeio via Fundação Renova haverá por meio
33 dos recursos da cobrança de cada CBH. Prosseguindo, a Sra. Luciane Teixeira falou sobre

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

34 o calendário de reuniões relacionadas à revisão do PIRH. Ela informou que foram
35 realizadas as reuniões conjuntas das CTPlan/CTPPs dos CBHs, sendo que no dia 27/11
36 reuniram-se os comitês da porção mineira e no dia 28/11 os da porção capixaba. Agora,
37 de acordo com as definições feitas durante a reunião da CTI, realizada no dia 05/12,
38 para o mês de fevereiro de 2019, estão previstas as reuniões da CTIL dos comitês
39 afluentes, sendo que a ideia é também realizá-las de forma conjunta. Dando
40 prosseguimento ao processo, cada comitê afluente realizará reunião plenária para a
41 aprovação da minuta do termo de referência. Após a rodada de plenárias haverá a
42 reunião da CTIL e CTI do CBH-Doce. Finalizando o processo, haverá a reunião plenária do
43 CBH-Doce, que está prevista para o mês de março de 2019. Após os informes, a Sra.
44 Luciane Teixeira solicitou a inclusão de ponto de pauta referente à aprovação de duas
45 deliberações normativas *ad referendum*. A primeira delas, a DN nº 73/2018, dispõe
46 quanto à interpretação do conceito de “meia diária” e “diária integral” para definição
47 de limites de quantitativo, conforme normas previstas na Deliberação Normativa CBH-
48 Doce nº 68/2018. A elaboração dessa normativa foi necessária considerando que havia
49 divergência no entendimento do conceito de “meia diária”, fato que estava gerando
50 problemas na contabilização dos quantitativos utilizados pelos comitês. Já o segundo
51 documento em questão, a DN nº 74/2018, aprova a antecipação de recursos de origem
52 federal (ANA) alocados no Programa P.61.2, do CBH-Doce, para o exercício de 2018. Essa
53 deliberação precisou ser elaborada para garantir que o Comitê tenha recursos
54 disponíveis para realizar todas as ações até o fechamento do exercício, considerando
55 que houve aumento significativo em relação às atividades planejadas para o longo do
56 ano. Após breve apresentação e leitura das deliberações, os documentos foram
57 colocados em regime de votação, sendo aprovados por unanimidade pelos conselheiros
58 presentes na reunião. Além disso, a presidente do CBH-Doce solicitou a inclusão de um
59 ponto de pauta para tratar da recomposição dos representantes do CBH-Doce no
60 Conselho Consultivo na Fundação Renova, assunto será tratado ao final da reunião, junto
61 às demais indicações previstas. Em seguida foi passado ao próximo item da pauta,
62 destinado aos comunicados nos conselheiros. Iniciando, o Sr. Gisleno, da Prefeitura de
63 Belo Oriente, informou a todos que está participando das reuniões da Unidade Gestora
64 Regional da Fundação Renova, representando o CBH-Doce. Dando sequência, o diretor
65 presidente da AGERH, Sr. Alberto Pego, fez três informes. Primeiramente, ele informou
66 sobre a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo,
67 ocorrido no dia 25/10. Em seguida, comunicou que o plano será oficialmente lançado

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

68 durante uma cerimônia solene, agendada para o dia 13/12, na sede da AGERH, ocasião
69 em que também será comemorado o aniversário de cinco anos da entidade.
70 Finalizando, ele falou sobre a próxima reunião do CERH/ES, agendada para o dia 14/12,
71 que terá como um dos principais pontos de pauta a implementação da cobrança pelo
72 uso de recursos hídricos na Bacia do Rio Guandu. Segundo ele, a expectativa é que as
73 arestas ainda restantes sejam sanadas, o que viabilizará o efetivo início da cobrança a
74 partir de 2019. Ele ressaltou que o objetivo da gestão atual é dar um ponta pé inicial. A
75 partir daí, gradativamente, de acordo com suas especificidades, os demais comitês
76 também implantarão a cobrança. Nesse sentido, o Sr. Junior Loss, do CBH-Santa Maria
77 do Doce, ressaltou que a escassez hídrica registrada nos últimos anos foi um entrave
78 importante e dificultou a discussão sobre a cobrança no Estado. Segundo ele, a
79 expectativa é que o CBH-Santa Maria retome as discussões a partir de 2019. Finalizando a
80 discussão, o representante do CBH Manhuaçu, Senisi, destacou que o CBH-Doce precisa
81 estar atento e acompanhar, de perto, a questão da cobrança na porção capixaba da
82 Bacia. Dando prosseguimento à pauta, a presidente do CBH-Doce passou ao item
83 seguinte, relativo à aprovação da ata da 37ª reunião ordinária, realizada no dia
84 05/09/2018. Na ocasião, o Sr. Senisi solicitou que a aprovação do documento fosse
85 postergada, considerando que ele não teve tempo hábil para fazer a leitura da ata. A
86 solicitação foi colocada em votação, sendo que os conselheiros do CBH-Doce optaram
87 por prosseguir com a demanda, realizando a aprovação imediata do documento. Ato
88 contínuo a ata foi colocada em votação, sendo o documento aprovado pela maioria
89 dos presentes. Cumpre registrar a abstenção da representante do Instituto Mineiro de
90 Gestão das Águas, que justificou o pedido considerando que não compareceu à reunião
91 que originou a referida ata. Dando sequência foi passado ao próximo ponto de pauta,
92 sobre o processo eleitoral complementar para o preenchimento de vagas
93 remanescentes no plenário do CBH-Doce. Inicialmente, a presidente do CBH-Doce
94 justificou a ausência do coordenador da comissão eleitoral, Sr. João Lages, e solicitou à
95 analista do IBIO, Juliana Vilela, que fizesse a apresentação sobre o histórico do processo.
96 Em sua fala ela apresentou todo o trâmite e explicou que, ao todo, havia 50 vagas em
97 aberto, sendo 45 que não foram preenchidas no processo eleitoral e outras 05 cujas
98 entidades foram excluídas por falta, conforme deliberação da plenária do Comitê. Ela
99 explicou que, infelizmente, a adesão ao processo foi pequena, pois apenas 14 entidades
100 apresentaram documentação. Dessas, 09 foram habilitadas e eleitas, sendo: *Prefeitura*
101 *Municipal de Cuparaque; Prefeitura Municipal de Ipaba; Companhia de Saneamento de*

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

102 Minas Gerais (COPASA); Fundação Relictos; Sindicato das Indústrias de Purificação e
103 Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA);
104 Prefeitura Municipal de Colatina; Aliança Geração de Energia S.A (UHE Aimorés);
105 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Teresa; Faculdade de Ensino Superior de
106 Linhares (FACELI). No entanto, a representante da UHE Aimorés informou que devido a
107 problemas internos eles não poderão tomar posse e iniciar, no momento, a participação
108 no CBH-Doce. Considerando o número elevado de vagas de suplência em aberto,
109 mesmo após processo complementar, a comissão eleitoral solicitou ao plenário do
110 Comitê que avalie a possibilidade de indicação do suplente pelo titular, no caso das
111 instituições que permaneceram sem suplente, com respaldo do Art. 5º do R.I: "§A
112 suplência poderá ser ocupada por indicação do titular, no caso de não haver entidade
113 eleita para vaga de suplência". A questão foi colocada em discussão e aprovada pelo
114 plenário. Sendo assim, o CBH-Doce enviará ofício aos titulares cuja suplência está em
115 aberto solicitando a indicação de representante para ocupar a vaga. Esses
116 representantes poderão ser da mesma instituição ou de outra entidade, desde que seja
117 do mesmo segmento, Estado e que faça parte de algum dos comitês afluentes ao CBH-
118 Doce. Feito o encaminhamento foi realizada a posse dos representantes das entidades
119 eleitas que comparecem à reunião, a saber: Prefeitura de Ipaba, Prefeitura de Colatina,
120 COPASA, Sindicato de Santa Teresa e FACELI. As demais instituições eleitas que não
121 compareceram tomarão posse na próxima plenária. Dando continuidade, o promotor
122 Leonardo Castro Maria, coordenador das promotorias de meio ambiente da Bacia
123 Hidrográfica do Rio Doce, fez uma breve explanação sobre o projeto PRO-URGAS. Ele
124 explicou que a ideia surgiu devido à necessidade de sanar o passivo de outorgas
125 existente em Minas Gerais, questão que atrapalha o funcionamento de todo o sistema
126 de gerenciamento de recursos hídricos, pois interfere diretamente em todos os demais
127 instrumentos de gestão. Segundo ele, o objetivo é estruturar a unidade regional do IGAM
128 no leste de Minas, a fim de conseguir eliminar o passivo e regularizar, em um período de
129 dois anos, a situação de inúmeros usuários. Ele informou que a questão foi debatida na
130 reunião da CTI, realizada no dia 05/12, e envolveria um montante de recursos da
131 cobrança de aproximadamente R\$ 86 mil para o custeio das despesas com os estagiários
132 que irão atuar na unidade. Ele informou que a expectativa é firmar o termo ainda em
133 2018 e que a concretização do projeto depende, obrigatoriamente, da anuência de
134 todos os seis comitês mineiros que fazem parte da Bacia do Rio Doce, sendo que os
135 colegiados terão o prazo de 60 (sessenta) dias para deliberar sobre a questão após a

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

136 assinatura do termo. Complementando, o Sr. Wyllian Melo, do IGAM, informou que há
137 cerca 1.800 processos pendentes. Segundo ele, a SUPRAM se comprometeu a reforçar a
138 equipe do IGAM com cinco ou seis técnicos, porém só foi incorporado um novo
139 profissional e, devido à conjunta financeira do Estado de Minas Gerais, não há previsão
140 de novas contratações ou a realização de um concurso público para o provimento de
141 novos servidores. Segundo ele, há processos de 2010 ainda sem análise e, na estrutura
142 atual, a expectativa é sanar o passivo apenas em 2028, caso a URGA não seja
143 aprimorada. Ele ressaltou que a chegada dos estagiários, prevista por meio do programa,
144 seria fundamental para agilizar os trabalhos e resolver os passivos em um prazo
145 significativamente inferior. Ainda sobre o tema, o Sr. Luiz Cláudio, da VALE, destacou que
146 houve sinalização positiva dos comitês mineiros quanto à aprovação do projeto durante
147 a reunião da CTI, sendo que os mesmos se comprometeram a providenciar as minutas de
148 deliberação sobre tema de imediato, a fim de garantir a finalização do processo ainda
149 no mês de dezembro. Além disso, ficou acordado que a CTI fará um documento
150 manifestando-se favoravelmente ao PRO-URGAS. Na sequência, o diretor geral do IBIO,
151 Ricardo Valory, reforçou a importância do projeto e explicou de forma sintética qual será
152 a participação da agência no processo, reforçando que não trata comprometimento às
153 demais atividades em andamento. Ele também informou sobre o mobiliário e os
154 equipamentos de informática que o IBIO dispõe e serão cedidos visando à estruturação
155 da URGA. Já o Sr. Senisi Rocha, presidente do CBH Manhuaçu, parabenizou os envolvidos
156 pelo projeto e destacou a importância da iniciativa para evoluir na busca de soluções no
157 que se referem às dificuldades existentes sobre as possibilidades da utilização de recursos
158 de natureza investimento (92,5%) para despesas de recursos humanos. Segundo ele, o
159 projeto representa uma oportunidade para resolver esse impasse jurídico e viabilizar
160 outras coisas que estão travadas para deslanchar em outras frentes. Finalizando a
161 discussão, a presidente do CBH-Doce informou que até segunda-feira, dia 10/12, os
162 presidentes dos comitês receberão a minuta de deliberação e o objetivo é que todas
163 estejam finalizadas e assinadas até o dia 20/12, a fim de dar celeridade ao processo,
164 evitando impasses e atrasos. Finalizada a discussão sobre o PROURGAS, a presidente do
165 CBH-Doce sugeriu suprimir da pauta a apresentação sobre o primeiro ano do atual
166 mandato do CBH-Doce, considerando que ainda há muitos temas a serem discutidos e
167 pouco tempo disponível. A plenária concordou com o encaminhamento ficou acertado
168 também que a apresentação que seria feita vai ser encaminhada a todos os membros
169 do Comitê para conhecimento e apresentada com as devidas atualizações na próxima

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

170 reunião do colegiado. Dando continuidade, foi passada a palavra ao Sr. Rodrigo
171 Santana Marques, auditor federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União
172 (TCU) para falar sobre a auditoria operacional da gestão da Bacia do Rio Doce, que
173 resultou no Acórdão nº 1749/2018. Inicialmente ele relatou que, em 2015, o TCU foi a 04
174 entidades delegatárias a fim de conhecer o funcionamento das mesmas, considerando
175 que se trata de um modelo de política pública novo e bastante distinto. A partir de então
176 foi proposta a realização de uma auditoria operacional, sendo escolhida a Bacia do Rio
177 Doce para recebê-la, sobretudo devido à evidência da região após o rompimento da
178 barragem de Fundão. Essa auditoria teve como objetivo avaliar aspectos referentes à
179 gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, especialmente em relação à implementação
180 do modelo de gestão previsto na Lei 9.433/1997. Em sua fala ele explicou que foi
181 elaborada uma matriz de planejamento e aplicadas técnicas de auditoria que incluíram:
182 entrevistas com gestores do IBIO e da ANA; entrevista com o presidente do CBH-Doce,
183 entrevista com o MP-MG e observação em reunião do Comitê; aplicação de
184 questionário para todos os comitês estaduais; realização de análise SWOT; Diagrama de
185 Verificação de Risco e análise stakeholder. A partir de então foram levantadas 04
186 (quatro) questões, sendo que para uma delas foram propostas recomendações
187 específicas. Em síntese, tratam-se das seguintes questões: Questão 1 - As ações previstas
188 no Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) estão sendo efetivamente
189 implementadas? Questão 2 – A cobrança pelo uso da água contribui para o uso racional
190 dos recursos hídricos e para a gestão local da Bacia Hidrográfica do Rio Doce? Questão
191 3 - A regulamentação, em nível federal, permite que o IBIO desempenhe suas atividades
192 de forma adequada? Questão 4 - Em que medida os Planos Municipais de Saneamento
193 Básico (PMSB), entregues pelo IBIO, estão sendo implementados pelas prefeituras. O Sr.
194 Rodrigo também explicou que as recomendações a partir dessas questões foram
195 direcionadas a quatro entes do sistema, sendo: IBIO, CBH-Doce, ANA e CNRH. No
196 documento também foi determinado um prazo de 120 (cento e vinte) dias para que os
197 citados encaminhem ao TCU um plano de ação contendo as medidas necessárias para
198 atendimento às recomendações, com definição dos responsáveis e prazos para cada
199 uma das medidas previstas no plano. Ele também informou que foi encaminhada cópia
200 do acórdão ao TCE/MG e ao TCE/ES, para a adoção das medidas que julgarem cabíveis
201 quanto à gestão estadual dos recursos hídricos, sobretudo no que se refere à não
202 efetivação da cobrança pelo uso da água na Bacia dos afluentes capixabas do Rio
203 Doce e ao contingenciamento dos repasses realizados por Minas Gerais para o IBIO.

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

204 Após a apresentação, a presidente do CBH-Doce reforçou que o acórdão foi enviado
205 por e-mail a todos os conselheiros e deu início aos debates sobre o assunto, recomendando a
206 todos que façam a leitura do documento. Iniciando, o Sr. Volney Zanardi, da Agência
207 Nacional de Águas, ressaltou que o plano de ação está sendo construído e que a ANA
208 ficou muito satisfeita com o resultado da auditoria que eles entendem como uma
209 oportunidade de aprimoramento a qual converge com a leitura da ANA sobre o sistema.
210 Em complementação, a presidente do CBH-Doce informou que várias das
211 recomendações propostas estão sendo articuladas e, algumas, até mesmo, foram
212 cumpridas. Ela destacou a normatização sobre a questão das diárias, o processo de
213 revisão do Plano de Recursos Hídricos e a elaboração da proposta de enquadramento,
214 cujas articulações estão sendo iniciadas junto aos órgãos gestores e, ainda, os
215 alinhamentos feitos junto à Fundação Renova para evitar a sobreposição de ações e,
216 consequentemente, o mau uso dos recursos. Ainda sobre o tema, o diretor geral do IBIO,
217 Ricardo Valory destacou que o olhar externo é de extrema relevância para a melhoria
218 do sistema e, na oportunidade, destacou a qualidade do trabalho desenvolvido. O
219 membro Senisi falou sobre a auditoria, indagando quem tinha lido o relatório produzido
220 pela auditoria, destacando e parabenizando a equipe responsável pela elaboração
221 quanto à qualidade e a robustez das informações apresentadas sobre o sistema de
222 gerenciamento de recursos hídricos na Bacia do Rio Doce. Após o encerramento dos
223 debates sobre o tema foi iniciada a apresentação da Sra. Regina Pimenta, do IGAM, que
224 coordena a Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CTSHQA) do
225 Comitê Interfederativo (CIF). Em sua fala ela abordou os pontos 8 e 9 da pauta, sendo:
226 apresentação sobre o andamento do Programa de Monitoramento Qualitativo e
227 Quantitativo Sistemático (PMQQS) e Plano de Ações Emergenciais da Fundação Renova
228 para o período chuvoso. Inicialmente ela fez uma breve fala sobre a estrutura do CIF e
229 suas câmaras técnicas, com ênfase no funcionamento da CTSHQA. Ela destacou que
230 essa CT atende às cláusulas 169 – 170 – 171 – 177 – 178 – 179, englobando os seguintes
231 programas: 1) coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos; 2)
232 melhoria dos sistemas de abastecimento de água; e 3) investigação e monitoramento da
233 Bacia do Rio Doce, áreas estuarinas, costeira e marina impactadas. Na apresentação ela
234 destacou a implantação do Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático,
235 cujo objetivo é acompanhar ao longo do tempo a recuperação da Bacia do Rio Doce e
236 áreas costeiras e estuarinas adjacentes. Em seguida, ela falou sobre os critérios para a
237 escolha dos pontos de monitoramento e destacou que ao longo do Rio Doce foram

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

238 implantados 56 pontos de monitoramento distribuídos ao longo de quatro trechos. Ela
239 explicou, ainda, que o monitoramento é automatizado em 22 estações, sendo que 8
240 apresentam monitoramento multiparâmetros. Em seguida ela apresentou os parâmetros
241 que são monitorados e mostrou como funciona a plataforma para visualização dos
242 dados. No que se refere aos resultados, ela informou que até o momento foram
243 produzidas 16 notas técnicas e aprovadas 4 deliberações no CIF, sendo que as principais
244 entregas foram: rede de monitoramento e estações automatizadas; sistema de
245 armazenamento de dados; 1º relatório parcial de divulgação de dados, em junho de
246 2018; definição de padrão de validação e qualificação dos dados; e liberação de
247 planilha consolidada de dados, em dezembro de 2018. Como pontos de atenção, foram
248 destacados: laboratórios acreditados contratados; acompanhamento e interpretação
249 dos dados; interlocução com órgãos gestores e municípios; e protocolo de divulgação
250 de dados. Ao final ela destacou resultados de alguns dos principais parâmetros
251 analisados, mostrando, ao longo do tempo, as variações mais importantes que foram
252 identificadas, deixando claro que os dados e valores de referência sobre a água bruta
253 são diferentes daqueles que se referem à água tratada. Após a apresentação foram
254 iniciados os debates sobre o tema. Abrindo os debates, o Sr. Fábio Cruz, presidente do
255 CBH-Suaçuí, perguntou se o monitoramento feito é só da água ou se incorpora também
256 os sedimentos. Em resposta, a Sra. Regina explicou que a análise engloba água
257 superficial e sedimentos, sendo que os resultados sobre água são mensais e sobre
258 sedimentos trimestrais. Ela informou, ainda, que a planilha de resultados comporta todos
259 os resultados disponíveis, com toda a base de dados, e, em breve, estará disponível para
260 consulta no site do CIF. Dando sequência às perguntas, o Sr. Antônio Ruy, presidente do
261 CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, questionou sobre as ações no Espírito Santo, com
262 ênfase na recuperação relacionada à mortandade de espécies vegetais. Em resposta, a
263 Sra. Regina destacou que, de fato, há muitas perdas irrecuperáveis, no entanto, todo
264 esforço está sendo feito para mitigar ao máximo os impactos em toda a área afetada.
265 Ela informou, também, que foi criado um grupo de trabalho específico para atuar no
266 baixo Doce, sendo que as ações são feitas de forma articulada com as CTs de
267 biodiversidade e restauração florestal, bem como com a AGERH, a SEDURB e a SEAMA.
268 Prosseguindo, a presidente do CBH-Doce, Luciane Teixeira, perguntou sobre o plano de
269 comunicação, sobretudo no que se referem aos dados sobre qualidade da água,
270 considerando que é um assunto polêmico e complexo. Nesse sentido, a Sra. Regina
271 explicou que o plano está sendo construído pela Renova, com suporte da CTSHQA,

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

272 sendo que a principal dificuldade é definir a melhor forma de divulgação das
273 informações, pois a linguagem não pode ser simplista demais nem muito técnica, a fim
274 de haja uma boa compreensão, sendo garantida, ainda, a qualidade e o alcance
275 adequado da informação que está sendo repassada. Em seguida, o Sr. Humberto Savelli,
276 da ASPEA, perguntou sobre a captação alternativa de Governador Valadares. Segundo
277 ele, o poder executivo municipal está "vendendo a ideia" de que a nova captação não
278 será alternativa, porém a principal, sendo que o Rio Doce passará a ser alternativo. Sobre
279 esse tema, a Sra. Regina explicou que o rio corrente não tem condição de atender a
280 toda a população de Governador Valadares, pois a capacidade é para
281 aproximadamente 67% do município. A informação de que essa será a captação
282 principal não procede, pois é algo paliativo para garantir o abastecimento em situações
283 de emergência, evitando um colapso como o ocorrido em 2015. Em seguida, ele
284 perguntou sobre a deposição dos rejeitos dos decantadores das estações de
285 tratamento, considerando que há denúncias de que esses rejeitos estão sendo lançados
286 diretamente no rio. A Sra. Regina destacou que o CIF recebeu vídeos e denúncias nesse
287 sentido e que esse material deve ser depositado em um local adequado e nunca
288 despejado novamente no leito do rio. Em seguida, o Sr. Senisi Rocha, do CBH Manhuaçu,
289 abordou sobre o aproveitamento do projeto, apresentado pelo Sr. Leonardo Deptulski,
290 do Condoestes, referente à implementação de consórcios como alternativo para a
291 questão do gerenciamento de resíduos sólidos. Ele destacou o trabalho proposto,
292 ressaltando que o mesmo prevê uma questão primordial que precisa ser observada e
293 vem sendo negligenciada: o atendimento de todo o território da Bacia, não se
294 restringindo apenas à área atingida. Em resposta, a Sra. Regina Pimenta explicou que
295 existe, no âmbito da CTSHQA, um grupo de trabalho específico para tratar do assunto.
296 Segundo ela, o grupo tem, em sua composição, representantes de ambos os estados,
297 incluindo participantes da FEAM, SECIR, SEDURB e SEAMA. Ela explicou que o Sr. Leonardo
298 apresentou a proposta a esse GT, sendo que a mesma foi considerada. No entanto,
299 foram necessárias algumas adequações, visando, especialmente, aproveitar as estruturas
300 de consórcios existentes. Ela informou que a temática dos resíduos sólidos vem sendo
301 amplamente debatida e houve, inclusive, ampliação da cláusula relativa à destinação
302 de resíduos, incorporando, por exemplo, questões como unidades de triagem e
303 compostagem, unidades de transbordo e reciclagem. Ela explicou que o trabalho
304 cresceu qualitativamente e o objetivo é conseguir sanear toda a Bacia, tanto no que se
305 refere ao esgotamento sanitário quanto à destinação correta dos resíduos. Prosseguindo,

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

306 o Sr. Senisi indagou a Sra. Regina sobre a situação dos municípios que se recusam a
307 retomar a captação no Rio Doce, mesmo sem dispor de uma fonte alternativa de
308 captação. Em resposta, ela informou que esse é um assunto de extrema criticidade,
309 sobretudo nos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor que se recusam a usar a água
310 do Rio Doce para abastecimento público. Segundo ela, os gestores querem que a
311 COPASA deixe de operar nas localidades, porém não dispõem de recursos para
312 implantar uma estação de tratamento municipal própria (SAAE). Além disso, não há rios
313 ou córregos com vazão suficiente para realizar captações alternativas e as escassas
314 opções existentes apresentam um custo extremamente elevado, como é o caso de
315 realizar a captação no Rio Manhuaçu. Ou seja: os municípios estão insistindo em
316 alternativas ilusórias. A fim de buscar soluções para esse impasse, ela informou que será
317 agendada uma reunião entre a presidência da COPASA e os municípios. Além disso, será
318 verificada a qualidade da água dos poços existentes que vem sendo utilizada. Por fim,
319 ela entende que é imprescindível a realização de uma audiência pública, com o
320 objetivo de repassar à comunidade a situação deixando claro que, hoje, a alternativa
321 viável e adequada para abastecimento público é o Rio Doce. Nesse sentido, o Sr. Senisi
322 Rocha questionou, ainda, quanto ao volume de água retirado, sua legalidade e
323 compensações. Em seguida, finalizando sua contribuição, o Sr. Senisi Rocha perguntou
324 sobre os possíveis impactos da operação de *Pass Through* que será realizada pela UHE
325 Aimorés. A Sra. Regina explicou que esse é um procedimento padrão das usinas
326 hidrelétricas e que o mesmo foi realizado uma vez após o rompimento da barragem. Ela
327 destacou que o procedimento pode alterar os níveis de turbidez, no entanto, há
328 estações de monitoramento à montante e à jusante do reservatório e que todas as
329 providências necessárias serão tomadas caso seja registrada alguma alteração
330 significativa. Em complementação a Sra. Luciane Teixeira, presidente do CBH-Doce
331 reforçou que, anualmente, o comitê é notificado sobre a operação, mas que em
332 algumas ocasiões não foi possível o *Pass Through*, já que para a realização do mesmo o
333 reservatório precisa atingir uma vazão mínima. Ela explicou que conversou com alguns
334 dos municípios localizados à jusante e os mesmos sabem como proceder para evitar
335 problemas quando o procedimento for realizado. Dando continuidade, a Sra. Aline
336 Serau, da AGERH, perguntou sobre o monitoramento da biota maninha, sobretudo em
337 relação aos pescados que são consumidos, como, por exemplo, peixes e camarões. A
338 Sra. Regina explicou que a CT de Biodiversidade está desenvolvendo o projeto "Rio Doce
339 Mar" em articulação com a ANVISA, CT Saúde, CTSHQA e outras instituições afetas.

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

340 Segundo ela, um dos objetivos desse trabalho é realizar a análise do pescado. Ela
341 destacou ainda a necessidade de levar essa informação à sociedade e informou que
342 está sendo produzida uma cartilha explicativa sobre água bruta e qualidade do
343 pescado. Nesse sentido, a Sra. Aline reforçou que um dos principais problemas
344 observados é a falta de informação da sociedade em geral. A Sra. Regina confirmou que
345 a comunicação é um dos principais gargalos existentes, ressaltou que estão sendo
346 intensificadas as ações de divulgação e destacou que a publicação do TAC GOV será
347 de extrema relevância para aproximar a comunidade das discussões. Dando sequência,
348 o Sr. Albino, da COPASA, solicitou que o banco de dados completo seja disponibilizado
349 às prestadoras de serviço de abastecimento de água, considerando que essas
350 informações são de extrema relevância. A Sra. Regina informou que, nesse caso, a
351 solicitação deve ser feita diretamente à Fundação Renova, que detém o controle do
352 acesso e a capacitação quanto à correta manipulação dos dados disponíveis. Ainda em
353 sua fala, o Sr. Albino relatou a situação crítica nos municípios da COPASA que não
354 aceitam consumir a água do Rio Doce. Ele destacou que a prestadora foi alvo de
355 vândalos e que houve protesto com fechamento da linha férrea. Ele ressaltou o alto
356 custo da operação e os problemas para tratamento da água que chega nos caminhões
357 pipa e reforçou a necessidade urgente de retomar a captação no Rio Doce. Ele
358 comentou ainda que na Bacia há outros cinco municípios atendidos pela COPASA com
359 captação no Rio Doce, sendo que nessas cidades o tratamento para garantir a
360 qualidade da água tratada é feito normalmente, sem a necessidade de adição de
361 nenhum outro componente químico além daqueles que eram utilizados antes do
362 rompimento da barragem. Finalizando as discussões sobre o tema, o Dr. Leonardo Castro
363 Maia, coordenador das promotorias de meio ambiente da Bacia do Rio Doce, fez uma
364 observação quanto à captação alternativa de água na Bacia do Rio Doce. Ele informou
365 que o dado sobre a capacidade de atender 100% da população foi fornecido pela
366 Fundação Renova. Segundo relatado pelos técnicos da Renova, com a redução de
367 perdas será, sim, possível contemplar toda a população valadarense e não apenas 67%
368 como previsto anteriormente. Finalizadas as discussões, foi dada sequência à pauta. Em
369 função do horário e com a concordância dos membros presentes foi suprimida a
370 apresentação do Sr. Ricardo Valory, diretor geral do IBIO, sobre o trabalho da entidade
371 no exercício das funções de agência de água. Na sequência, a Sra. Silvia Farias, de
372 Ipaba, fez um relato sobre a grave situação da comunidade rural da Baixada Coronel
373 Roberto, pertencente ao município. Segundo ela, até a presente data, a comunidade,

Ata aprovada em reunião no dia 28 de junho de 2019

374 composta por 189 famílias, é abastecida por caminhões pipa, numa logística complexa,
375 pois a água vem de Cachoeira Escura. Ela explicou que, muitas vezes, as pessoas ficam
376 sem água até mesmo para consumo próprio e que a única forma de armazenamento
377 que eles possuem são caixas d'água de 1000 litros, conseguidas como doação. Por isso,
378 muitas vezes Antes do rompimento, eles captavam a água diretamente do rio, porém,
379 agora, isso já não é mais possível. Ela destacou que tem levado esse tema para discussão
380 na CTSHQA e no CIF, porém a situação permanece sem solução. Em atenção à
381 reivindicação, a Sra. Regina informou que o assunto já tramitou na CTSHQA e será levado
382 à próxima plenária do CIF, no dia 17/12, tendo como subsídios a Nota Técnica e o
383 relatório da visita de campo, para pleitear a ampliação da área de atendimento da
384 cláusula 171, de forma a contemplar essa comunidade. Finalizando os trabalhos, a
385 presidente do CBH-Doce passou ao último item, relativo à indicação de representantes
386 para a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo (CT-ECLT), Câmara Técnica de
387 Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA) do Comitê Interfederativo e a
388 recomposição dos indicados para o Conselho Consultivo. Para a CT-Rejeitos ficou
389 definido que a indicação será feita pelo CBH-Piranga, que será formalmente notificado
390 para realizar a indicação. Sobre a CT-ECLT foi definido que a indicação se dará no
391 âmbito da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social do CBH-
392 Doce (CTCI). No que se refere ao Conselho Consultivo, haverá a redução de cinco para
393 quatro indicados, considerando as determinações do TAC Governança. No caso do
394 CBH-Doce, considerando que o Sr. João Lages solicitou afastamento, haverá a exclusão
395 do mesmo, sendo mantidos os outros representantes indicados. No entanto, será feita
396 posteriormente consulta quanto à disponibilidade de continuidade de participação dos
397 mesmos. Os presentes concordaram com os encaminhamentos propostos quanto às
398 indicações para as CTs e o Conselho Consultivo. Encerrados os assuntos em pauta a
399 reunião foi encerrada por volta de 17h30.

400
401
402


LUCIANE TEIXEIRA MARTINS
Presidente do CBH-Doce

403
404
405


JOÃO LAGES NETO
Secretário Executivo do CBH-Doce